

# Política Externa Brasileira Assertiva (2003-2016 ... 2023- 2026) e Combate à Fome: um breve ensaio

Marcelo Fernandes de Oliveira

Como citar: OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Política Externa Brasileira Assertiva (2003-2016 ... 2023- 2026) e Combate à Fome: um breve ensaio. *In*: OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; LIMA, Thiago (org). **Política Externa Brasileira e Combate à Fome: lições do passado, perspectivas para o futuro.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 23-46. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-419-6.p23-46>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA ASSERTIVA (2003-2016 ... 2023 - 2026) E COMBATE À FOME: UM BREVE ENSAIO

*Marcelo Fernandes de OLIVEIRA*<sup>1</sup>

“Tem gente passando fome. E não é a fome que você imagina entre uma refeição e outra. (...). Tem gente que existe e parece imaginação”. (Ulisses Tavares, poema *Além da Imaginação*).

Este texto é um ensaio científico sobre a temática da política externa brasileira e o combate à fome. Científico porque nossa reflexão está assentada na leitura de estudos acadêmicos sobre a questão. Mas, propositadamente ensaístico porque é uma tese pessoal, com exercício amplo da nossa liberdade intelectual, sem a preocupação de comprovação última própria dos trabalhos acadêmicos.

---

<sup>1</sup> Marcelo Fernandes de Oliveira é Professor Livre Docente da UNESP – Campus de Marília. Brasil. Email: marcelo.fernandes@unesp.br. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8494-3836>.

Óbvio que temos a preocupação de sermos objetivos, lógicos, sistemáticos, compreensivos, críticos e originais. Tudo aquilo que se espera de quem “mata a sua fome” vivendo da produção de conhecimento acadêmico e científico.

Entretanto, aqui, nossa preocupação é com a condição humana. Nosso olhar será guiado pelo inconformismo de vivermos em um país de dimensões continentais, com clima favorável, água abundante, terra de qualidade, mão-de-obra especializada, tecnologia agrícola avançada, e, mesmo assim, no momento em que escrevemos, mais de 33 milhões de brasileiros estão passando fome.

E não é a “nossa fome” entre uma refeição e outra. Trata-se da FOME como falta de acesso regular a uma alimentação adequada. O Brasil havia deixado o *Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU)* durante o primeiro governo Lula da Silva<sup>2</sup> (2003-2010), período em que a política externa do país foi mais assertiva na defesa dos interesses nacionais. Mas, retornou a ele em 2015, com agravamento significativo no governo Temer e no governo Bolsonaro, principalmente durante e após a pandemia de Covid-19.



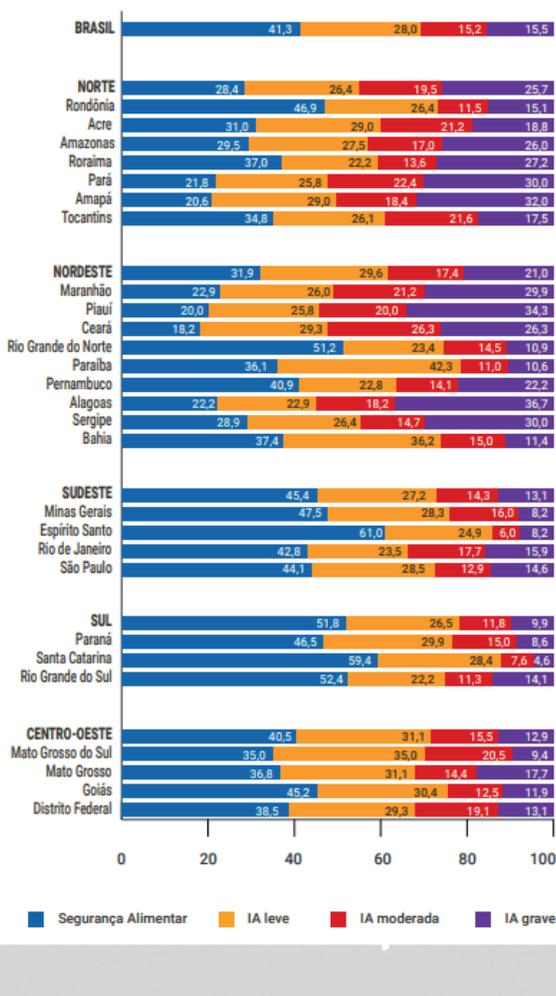
Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>.

<sup>2</sup> Segundo Relatório da FAO, publicado em 2014, “In Brazil, efforts that started in 2003 have resulted in successful participatory processes and coordinating institutions, delivering policies that have effectively reduced poverty and hunger” (FAO, 2014).

Em 2022, conforme o *Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil* (Rede PENSSAN, 2022), 33,1 milhões de brasileiros não têm comida suficiente disponível. Ainda segundo o estudo, 58,7% da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave. Isso significa que são 125,2 milhões de brasileiros sofrendo de algum grau de insegurança alimentar. Naquele momento da pesquisa, somente 4 em cada 10 domicílios no país tinham acesso pleno à alimentação.

Os dados foram coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022, por meio de entrevistas em 12.745 domicílios em áreas urbanas e rurais de 577 municípios distribuídos nos 26 estados e no Distrito Federal. Eles indicam que o país regrediu a patamares dos anos 1990 na tarefa do combate à fome (Rede PENSSAN, 2022, p. 15).

As regiões Norte e Nordeste sofrem mais: 71,6% e 68% da população, respectivamente, estão em insegurança alimentar; 25,7% das famílias nordestinas convivem com a fome. A média nacional é aproximadamente 15%, e, do Sul, de 10%.



Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>

Ironicamente, no campo passa-se mais fome do que em áreas urbanas. A insegurança alimentar alcança 60% dos domicílios rurais, sendo que 18,6% das famílias passam fome. Pior: a fome alcançou 21,8% dos lares de agricultores familiares e pequenos produtores.

A fome no Brasil também tem cor, gênero e grau de instrução. Em 65% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas há restrição de

alimentos em algum nível. Em casas chefiadas por mulheres, a fome passou de 11,2% para 19,3%. Nos lares com crianças, a fome passou de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022. Nas famílias com adolescentes, a fome atingiu 25,7% dos lares. Em 22,3% dos domicílios com responsáveis com baixa escolaridade prevalece a fome.

A renda é outro fator explicativo para o aumento da fome. Em 67% dos domicílios em que a renda é maior do que um salário mínimo por pessoa, a segurança alimentar é garantida. Em contrapartida, a fome é maior nos domicílios em que a pessoa responsável está desempregada (36,1%), trabalha na agricultura familiar (22,4%) ou tem emprego informal (21,1%).

Onde falta água, falta também alimento. A insegurança alimentar está presente em 48,3% dos lares sem água na região Norte, em 43% no Sudeste, em 41,8% do Centro-Oeste e em 41,2% no Nordeste.

Em domicílios endividados, 49,1% sofrem com a insegurança alimentar moderada e grave; 48,7% relataram ter vendido bens ou equipamentos de trabalho para comer; e 55,2% teve um ente que parou de estudar para contribuir com a renda familiar.

Pergunto: esses dados são aceitáveis para uma “Potência Internacional Agrícola”? Para um país entre os maiores produtores de alimentos do mundo?

A resposta é simples: um sonoro NÃO! Mas, quais caminhos seguir para amenizar e eliminar essa situação vergonhosa no Brasil?

Entre 2003 e 2016, a política externa defendeu os interesses brasileiros no mundo de maneira mais assertiva (Oliveira, 2014). Colaborou para isto uma relativa desconcentração e regulação de novos polos de poder nas relações internacionais no período, ampliando as opções estratégicas no mundo (Oliveira, 2005).

O país participou na construção de alianças estratégicas com países relevantes, na priorização da América do Sul e na preferência pelo eixo Sul-Sul nas relações internacionais (Oliveira, 2006). Nesta perspectiva, a importância internacional do país cresceu como exportador de *commodities*, principalmente alimentos e matérias-primas. O “neodesenvolvimentismo”

e o resgate da dívida social brasileira na esfera doméstica traduziu-se globalmente em uma agenda de combate à fome e à pobreza.

Este foi o elemento novo do primeiro governo Lula da Silva (2003-2010) na construção da sua política externa: a priorização da combinação do chamado “neodesenvolvimentismo” de teor social com uma defesa assertiva em prol de condições ideacionais e práticas à sua concretização na seara internacional.

A compreensão da natureza desse “neodesenvolvimentismo” na esfera doméstica é a chave para o entendimento da política externa brasileira no primeiro governo Lula em um ambiente externo de enfraquecimento dos polos econômicos mais importantes do sistema internacional. O que significa afirmar que a consolidação, de fato, da autonomia pela assertividade por parte do Brasil passou pela solução do desequilíbrio social no país em um ambiente externo instável (Pinheiro, 2004).

Dito de outro modo: o primeiro governo Lula logrou benefícios na sua política externa porque decidiu colocar a questão social no coração do Estado brasileiro ao aprofundar e criar amplos programas sociais domésticos de inclusão de famílias e indivíduos no mercado consumidor. Esta decisão estratégica realizada pelo governo Lula em um contexto histórico de crise econômica e social global, colocou o Brasil e outros países em desenvolvimento (Rússia, China, Índia e África do Sul) em uma posição internacional de destaque naquele período. Isso porque ter acesso a esses novos mercados consumidores do sul propiciou ganhos econômicos relevantes.

Prova disso, foi o reconhecimento do papel de Lula no combate à fome no mundo. Em 2010, ainda no comando do país, Lula ganhou um prêmio da Organização das Nações Unidas (ONU) com o título de “Campeão Mundial na Luta Contra a Fome”. A então diretora-executiva do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), Josette Sheeran, na premiação citou programas do governo brasileiro, como o Fome Zero, e destacou que a luta contra a fome gerou crescimento econômico.

Novamente, em 2011, Lula ganhou nos Estados Unidos o “*World Food Prize*”<sup>3</sup>, o prêmio mundial da alimentação. Segundo os responsáveis pela premiação, “Lula foi escolhido por antecipar as Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas ao garantir que 93% das crianças e 82% dos adultos façam três refeições por dia”.

Além disso, o Brasil tornou-se neste período *player* relevante na FAO - ONU no tocante aos assuntos de desenvolvimento agrícola sustentável, agricultura familiar e busca pela segurança alimentar com consequências visíveis ao combate à fome. Inclusive, um brasileiro, José Graziano da Silva, autor do prefácio-apresentação deste livro, foi o Diretor Geral da instituição internacional.

Infelizmente, os governos lulo-petistas (2003-2016) apenas iniciaram esta tarefa de eliminar a fome no país com repercussões globais, mas terminaram sem cumpri-la, mantendo o “neodesenvolvimentismo” condicionado aos interesses de elites econômicas que não demonstraram querer adiantar o futuro do Brasil por meio da consolidação abrangente do combate à desigualdade e o resgate da dívida social do país, sobretudo contribuindo para colocar fim na fome no país e no mundo.

Os setores econômicos escolhidos como foco do “neodesenvolvimentismo” não eram nem intensivos no uso de tecnologias, nem no fomento para absorção futura via melhorias educacionais da mão de obra qualificada que permitisse à população brasileira renda crescente e capacidade de consumo constante com incremento da poupança privada e pública para a realização de investimentos em inovação e infra-estrutura. Condição *sine qua non* à consolidação de um país sólido capaz de defender seus interesses domésticos de maneira autônoma e assertiva no sistema internacional.

A incorporação dos mais pobres como consumidores, na maioria das vezes de produtos industrializados e serviços importados, sem dar-lhes condições estruturais de autonomia individual, acabou sendo fator limitante à economia brasileira, principalmente à indústria, a qual regrediu

---

<sup>3</sup> O *World Food Prize* foi criado pelo cientista e prêmio Nobel da Paz (1970) Norman E. Borlaug, um dos principais responsáveis pela “revolução verde” que aumentou a produção de alimentos no planeta.

a olhos vistos. Enquanto isto, prosperou no país segmentos econômicos ligados ao “rentismo” financeiro e a agricultura de exportação<sup>4</sup>.

A formatação do projeto político para eliminar os gargalhos ocorreu, mas, a urgência na manutenção do poder e os limites estruturais doméstico e internacional do país dificultaram a sua consecução. O retrocesso desta trajetória teve início em 2016 com o impedimento da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) e a emergência ao poder do vice-presidente Michel Temer (2016-2018). O aprofundamento ocorreu com a eleição, em 2018, da ultradireita representada na figura de Jair Bolsonaro (2018-2022).

Entre 2016 e 2022, a agenda lulo-petista teve retrocessos visíveis, em parte, devido à guinada à direita de parcela majoritária de eleitores e do governo brasileiro, embalada pelos escândalos de corrupção embalados pela Lava Jato. E também, em parte, devido às limitações econômicas derivadas da crise política com a implosão do projeto econômico e político da esquerda nacional. A pandemia da Covid-19, a Guerra da Ucrânia e a incompetência administrativa da coalizão de direita liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e sustentada pelos segmentos financeiros e agroexportador só ampliaram a miríade de problemas de longo prazo, sobretudo a desindustrialização.

Neste período, o governo brasileiro desencadeou processos simultâneos de fragilização, desconstrução e reconfiguração das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar em suas múltiplas dimensões. Entre as estratégias adotadas para o desmantelamento dessa área, cabe salientar as políticas de austeridade fiscal, restrições orçamentárias e extinção das estruturas de governança que garantiam a existência de diversos programas (Roza, 2022a).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi eliminado; houve cancelamento de transferências de recursos para programas, como, por exemplo, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); a revogação de chamadas públicas para contratação de serviços da Política Nacional

---

<sup>4</sup> A maioria dessa elite apoiou maciçamente o governo de extrema-direita que desenvolveu políticas públicas regressivas, as quais contribuíram para termos os números atuais de cidadãos brasileiros passando fome. Inclusive, a derrota eleitoral de 2022 do ex-presidente Bolsonaro foi via voto desses brasileiros famintos, os quais, tinham na memória os governos de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT).

de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); cancelamento da aquisição de equipamentos e infraestruturas via Programa Territórios da Cidadania (PTC); a redução do orçamento à regularização de terras quilombolas; cancelamento de contratos do Minha Casa, Minha Vida Rural; o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) foi esvaziado; marcos legais da regularização fundiária foram desmontados; etc (Roza, 2022a).

Simultaneamente, o Conselho do Agronegócio (Consagro) e o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPAs), ocupados pelas elites agrárias, ganharam força como articuladores das novas tendências no agronegócio brasileiro. O passo seguinte foi transformar os movimentos sociais ligados à questão da terra em inimigo número 1 do governo e de sua coalizão agrário-exportadora que garantia sustentação política ao desmonte. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra passou a ser demonizado no jogo da luta cultural entre direita e esquerda no país (Roza, 2022b).

Não resta dúvida que os números que apresentamos no início deste ensaio sobre a fome são resultados claros dessa conjuntura doméstica e internacional (2016-2022). O preço do alimento disparou e a fome voltou a bater forte na porta de boa parte dos brasileiros.

A lembrança recente da “bonança” nos governos de esquerda foi imediata. Combinado ao revés da Operação Lava Jato, Lula acabou apto a candidatar-se e venceu as eleições de 2022 com pequena margem de votos, embalado pela promessa de que o brasileiro voltaria a comer “picanha”<sup>5</sup> e beber uma “cervejinha” gelada<sup>6</sup> no fim de semana com a família. O *slogan* “A esperança vai vencer o medo” prevaleceu.

Mas, será possível uma volta ao passado? Quais as perspectivas desse novo governo no tocante ao combate à fome e à melhoria da vida dos brasileiros?

As perspectivas futuras indicam que a tendência do “novo governo” Lula será a compatibilização entre o “destino manifesto” de potência

---

<sup>5</sup> Picanha é um corte nobre da carne de boi de preço elevado que é apreciado pelos brasileiros em eventos sociais denominado “churrasco” realizados para celebrar e unir famílias nos finais de semana no país.

<sup>6</sup> A cerveja gelada é a bebida preferida do brasileiro adulto para acompanhar o corte da picanha como prato principal do churrasco.

agrícola alimentar na lógica do agronegócio com novos impulsos na direção da reconstrução de uma teia social de apoio ao combate à fome e a agricultura familiar no país e no mundo sob um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Nessa direção, em junho de 2023, o novo governo Lula lançou o Plano Safra 2023/2024. Ao invés de diminuir recursos, os valores foram ampliados a R\$ 364,22 bilhões, os quais refletem um aumento de cerca de 27% em relação ao financiamento do ano anterior (R\$ 287,16 bilhões) sob governo de Jair Bolsonaro. Os juros serão subsídios com taxas entre 7% e 12,5%.

### Volume de Recursos - Finalidade (em R\$ bilhões)

| Finalidade                | 2022/2023 | 2023/2024 | Varição |
|---------------------------|-----------|-----------|---------|
| Custeio e Comercialização | 215,27    | 272,12    | 26%     |
| Investimento              | 71,89     | 92,10     | 28%     |
| Total Plano Safra         | 287,16    | 364,22    | 26,8%   |

Elaboração: SPA/MAPA

Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/presidente-anuncia-plano-safra-2023-2024>

A diferença em relação ao governo anterior é que o Plano Safra 2023/2024 “(...) incentiva o fortalecimento dos sistemas de produção ambientalmente sustentáveis, com redução das taxas de juros para recuperação de pastagens e premiação para os produtores rurais que adotam práticas agropecuárias consideradas mais sustentáveis” (Brasil, 2023d).

Além disso, o Programa para Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (RenovAgro) incorpora os financiamentos de investimentos com o objetivo de incentivo à Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária. Nesta perspectiva, está na mira do governo:

[...] a recuperação de áreas e de pastagens degradadas, a implantação e a ampliação de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas, a adoção de práticas conservacionistas de uso e o manejo e proteção dos recursos naturais. Também podem ser financiadas a implantação de agricultura orgânica, recomposição de áreas de preservação permanente ou de reserva legal, a produção de bioinsumos e de biofertilizantes, sistemas para geração de energia renovável e outras práticas que envolvem produção sustentável e culminam em baixa emissão de gases causadores do efeito estufa” (Brasil, 2023d).

Segundo Lula, “Como nos outros governos, não tenho medo de dizer que todos os anos vamos fazer planos melhores que no ano anterior”. O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, destacou que o Plano Safra resume o *slogan* do governo federal: União e Reconstrução. Ele “[...] é a união do campo, mas também é a união da cidade, que gera emprego na indústria e renda. E isso é melhoria de vida para as pessoas. É também a reconstrução das nossas relações internacionais”. Nesta direção, Fávaro afirmou ainda que o principal ativo do Plano é a sustentabilidade que permitirá o setor crescer e ganhar mais mercado no mundo (Brasil, 2023d) na era da economia verde.

O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, complementou Fávaro ao dizer que “Vai ser muito importante que a nossa produção se adeque às novas exigências internacionais, para que não percamos mercado no exterior de produtos que são bem-vindos lá fora” (Brasil, 2023d).

Marina Silva, ministra de Meio Ambiente, constatou que o Plano Safra “está em sintonia com a ideia do governo em busca do modelo de desenvolvimento sustentável, que privilegia o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção do meio ambiente” (Brasil, 2023d). Enfim, o Brasil está iniciando uma transição à economia de baixo carbono.

O presidente da Abrapa (Associação Brasileira dos Produtores de Algodão), Alexandre Schenkel, representou os produtores rurais no evento e agradeceu o apoio do governo Lula ao setor agropecuário:

O crédito é um dos principais insumos para viabilizar nossa atividade, permitindo trazeremos inovações tecnológicas, sustentabilidade e qualidade para produção brasileira. Precisamos fortalecer os instrumentos de financiamento para cumprir a nossa missão de alimentar e vestir o mundo com os frutos da agricultura. (Brasil, 2023d).

Baseado nessa união de propósitos, Lula e empresários do segmento agroexportador<sup>7</sup>, majoritariamente apoiadores do ex-presidente Jair

<sup>7</sup> A comitiva de Lula na China foi composta por 88 empresários do setor agroexportador: Antônio Jorge Camardelli – ABIEC; Cíntia Torres – Diretora técnica – ABIEC; José Roberto Goulart – ALIBEM; Wesley Mendonça Batista – J&F JBS; Joesley Mendonça Batista – J&F/JBS; Gilberto Tomazoni – CEO Global JBS; Carlos Alberto Macedo Cidade – Diretor Relações Inst. JBS; Marcio Soares Rodrigues – Gerente JBS; Pedro Felipe Castellain Barbosa de Castro – Diretor Exp. Ásia JBS; Renato Mauro Menezes Costa – Friboi; Marcela de Souza Afonso Rocha – Diretora JBS; Lincoln Bueno – Presidente da Mercúrio – Alimentos; Paulo Sérgio Mustefaga – ABRAFRIGO; José João Batista Stival Júnior – ABRAFRIGO; Lincoln Lafaiete – ABRAFRIGO; Marcos Antonio Pompei – ABRAFRIGO; Rogerio Jose Bonato – ABRAFRIGO; João Gonçalves Silva Júnior – ABRAFRIGO; Etivaldo Vadão Gomes – Frigoestrela; Etivaldo Gomes Filho – Frigoestrela; Eduardo Gomes Caluz da Silva – Frigoestrela; Ivon da Silva Jr – Frigorífico SILVA; Daniela da Silva – Frigorífico SILVA; Adilton Bittencourt – BOA CARNE; Rafaella Bittencourt – BOA CARNE; Murilo Leite – FRISACRE; Maria Carolina Rebollo Machado Leite – FRISACRE; Fabio Ricardo Leite – FRISACRE; Marcos Paulo Parente Araujo – FRISACRE; Maíra Santiago Pires Parente – FRISACRE; Luana da Silva Machado – FRISACRE; João de Almeida Sampaio Filho – Vice Presidente Minerva; Fabiano Parisoto – Diretor Grupo Bugio Ecofrigo; Decio Coutinho – Presidente da ABRA; Sandro Silva de Oliveira Júnior – SUPREMO; Ricardo Santin – Presidente da ABPA; Luis Rua – Diretor de Mercados ABPA; Linda Chen – Representante ABPA na Ásia; Marcos Antonio Molina dos Santos – Presidente do Conselho BRF; Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos – Conselheira BRF; Rogério Moraes – Diretor Ásia BRF; Bruno Machado Ferla – Vice Presidente Jurídico e RI BRF; Johnny Hiroki Fujihara – Gerente Ásia Aurora; Carlos Augusto dos Santos Zanchetta – Diretor Zanchetta Alimentos; Alisson Navarro – Marfrig; Cláudio Almeida Faria – Rio Branco Alimentos; José Roberto Gonçalves – Diretor de Qualidade BRF; Marcio Rodrigues – Masterboi; Alexandre Pedro Schenkel – Presidente ABRAPA; Edson Mizoguchi – Coordenador Programa de Qualidade ABRAPA; Marcelo Duarte – Diretor de relações Internacionais ABRAPA; Jones Yasuda – Assessor Técnico ABRAPA; Thomas Paul Reinhart – Assessor Comercial ABRAPA; Marcelo de Godoy – CEO Simbiose Fertilizantes; Juan Henrique Mena Acosta – Associação Bioinsumos; João Bello Neto – Nortox; Fabiano Maluf Amui – OUROFINO; Geraldo Ubirajara Berger – BAYER; Daniel Bernardes Ferreira Rossi – HUBIO AGRO; Reginaldo Minaré – ABBINS; Pablo Gimenez Machado – Diretor Executivo Ásia SUZANO CELULOSE; Amaury Pekelman – Diretor Relações Inst. Paper Excellence; Claudio Laert Cotrim Passos – Paper Excellence; Marcelo Kim Yuen Pan Diretor Jurídico – Paper Excellence; André Meloni Nassar ABIOVE – (setor: óleos vegetais); Clébio Henrique Polvani Marques – VANCOUROS; Vinícius Vanzella de Souza – VANCOUROS; Andressa Silva – ABIARROZ; João José Pietro Flávio – OCB; Nelson Catarino Croda Machado – APROSMAT; Kleverton Scheffer – MAGGI; Julio Fortini – Ecoplan; Carlos Alberto de Oliveira Andrade Filho – Representante CAO; Fábio Phelipe Garcia Pagnozzi – Instituto Brics; Pedro Paulo Pagnozzi – Instituto Brics; Mario Pagnozzi – Instituto Brics; Fabrício Patriani – Instituto Brics; Lijun Lei – Instituto Brics; Itamar Antônio Canossa – Presidente Fórum Agro mato-grossense; Ivanilse Tofoli Canossa – Fórum Agro mato-grossense; Fernando Costa – Universidade Brasil; Marcelo Peres – Universidade Brasil; Sueme Mori – CNA; Tarcisio Sachetti – Agro Investments Sachetti; Alexandre Ferreira Lopes – MECH – Centro de Estudos do Mercado Chinês; Ricardo Gracia – MECH – Centro de Estudos do Mercado Chinês; João Marcelo Costa Fernandez Conde – Afrinvest; e Dereck Favero Birchall – Afrinvest.

Bolsonaro (2018-2022), viajaram para a China, em uma missão para reatar as relações comerciais com o país asiático desgastadas no governo anterior, sobretudo para a exportação de *commodities* agrícolas.

Em resumo, os interesses econômicos da potência agrícola estão preservados e até ampliados no terceiro governo Lula. Entretanto, desde então, vinculado a agenda de crescimento sustentável direcionado a neointustrialização, como veremos adiante.

Isto muda bastante coisa. Visto que conduzirá a indução de um novo tipo de desenvolvimento sustentável que oportunizará ao país romper os gargalos estruturais na economia e na sociedade, os quais não foram ultrapassados nos governos anteriores da esquerda, permitindo a emergência da ultra-direita, a qual legou ao país um Peru, uma Angola, uma Arábia Saudita, uma Malásia ou um Uzbequistão de famintos<sup>8</sup>.

Paralelamente, para alterar este *status quo* deixado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o atual governo Lula deu início à reconstrução da teia social de apoio ao combate à fome e a agricultura familiar no país. O primeiro passo foi recriar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) do Brasil.

O novo MDA retomou suas responsabilidades nas seguintes ações: reforma agrária; regularização fundiária; regularização de territórios quilombolas; cadastro de imóveis rurais; educação do campo; promoção da política agrícola; assistência técnica; associativismo; cooperativismo; e ações destinadas à agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. Acresceu-se também a nova pasta as questões do: Abastecimento Alimentar; da Agroecologia; da Soberania Alimentar; da Governança Fundiária; do Desenvolvimento Territorial e Socioambiental; e do Etnodesenvolvimento.

O governo vinculou ainda ao MDA: as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa Minas); as Companhias de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP); a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater); e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

---

<sup>8</sup> A Arábia Saudita possui estimativa oficial de 34,8 milhões de habitantes; o Uzbequistão, 33,4 milhões de habitantes; o Peru possui estimativa de 32,9 milhões de habitantes; Angola possui 32,8 milhões de habitantes; por fim, Malásia tem estimativa de 32,3 milhões de habitantes.

Em seguida, em março de 2023, o MDA lançou o Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais em parceria inédita com o recém criado Ministério das Mulheres. O objetivo é

[...] promover a autonomia econômica das mulheres do campo, das águas e da floresta, por meio da integração de políticas públicas voltadas à qualificação dos processos produtivos e econômicos, à geração de alimentos e produtos saudáveis e sustentáveis, à valorização do trabalho e ao fortalecimento das organizações de mulheres” (Brasil, 2023a).

No mês de abril, o ministério “turbinou” e relançou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>9</sup>. Suas finalidades básicas são:

[...] promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, por meio da aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio-assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino” (Brasil, 2023b).

O PAA tem cinco modalidades e parte dele é executado sob gestão do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)<sup>10</sup>. As modalidades são: Compra com Doação Simultânea; PAA-Leite; Compra Direta; Apoio a Formação de Estoques; e Compra Institucional<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023. Durante o governo Bolsonaro, este programa foi desidratado e quase foi descontinuado.

<sup>10</sup> O MDS executa as modalidades Compra com Doação Simultânea, PAA-Leite e Compra Direta.

<sup>11</sup> As modalidades Apoio à Formação de Estoques e Compra Institucional são executadas pelo MDA, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (Seab), respectivamente. As compras estão sendo realizadas por diversas instituições públicas espalhadas por todo Brasil.

Em junho, o MDA, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024<sup>12</sup>, cujo valor de investimentos ultrapassará R\$ 77,7 bilhões, sendo o maior valor da história do país. Seus objetivos são:

- Aumentar a produção sustentável e a oferta de alimentos saudáveis em todo País;
- Ampliar a capacidade produtiva da agricultura familiar por meio do acesso a maquinários adequados, impulsionando a indústria nacional e o desenvolvimento tecnológico;
- Fomentar a transição ecológica e a produção sustentável;
- Promover a inclusão produtiva e a autonomia econômica das mulheres rurais;
- Desconcentrar o crédito rural, promovendo maior equilíbrio regional;
- Estimular a agregação de valor e geração de renda com mais apoio à agroindustrialização da produção e ao cooperativismo;
- Assegurar o acesso dos jovens, indígenas e povos e comunidades tradicionais ao crédito rural;
- Garantir melhores condições de acesso à terra, em especial para a juventude rural; e
- Aumentar a participação da agricultura familiar nas compras públicas (Brasil, 2023c).

Uma leitura atenta desses objetivos apresentados pela *Cartilha Plano Safra da Agricultura Familiar 2023-2024: Mais valor para quem alimenta o Brasil*, combinado a articulação do plano safra para a agricultura de exportação, deixa evidente que a proposta pretende promover uma agenda de sustentabilidade ambiental combinada à neo-industrialização com

---

<sup>12</sup> O Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024 foi relançado por meio do [Decreto nº 11.584, de 28 de junho de 2023](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11584.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.584%2C%20DE%2028.Institui%20o%20Programa%20Mais%20Alimentos), com coordenação compartilhada com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Ver informação em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11584.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.584%2C%20DE%2028.Institui%20o%20Programa%20Mais%20Alimentos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11584.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.584%2C%20DE%2028.Institui%20o%20Programa%20Mais%20Alimentos).

tecnologia avançada. O foco finalístico é buscar crescimento econômico sustentado à médio e longo prazo para a inclusão social em um contexto de transformação ecológica, sem alterar a dinâmica da agroexportação.

Trata-se da elaboração de um processo de desenvolvimento econômico inclusivo, sustentável ambientalmente com uma neointustrialização baseada em mudança radical de paradigma tecnológico. Atacando, dessa maneira, os gargalos estruturais do país na economia e na sociedade que permitiram que os primeiros governos de Lula deixassem de erradicar a fome no país.

Nesta perspectiva, a transversalidade em rede<sup>13</sup> da ação de múltiplos ministérios do governo federal é essencial. Para complementar a dinâmica virtuosa de combate à fome entre MDA, MDS, MM e MDIC, o Ministério da Fazenda (MF) vem discutindo no governo a ideia de Transformação Ecológica à construção de um novo desenvolvimentismo brasileiro com sustentabilidade, tecnologia e inclusão social.

Este chamado Plano de Transformação Ecológica contará com

[...] uma série de instrumentos de financiamento à inovação, sustentabilidade, bioeconomia, transição energética. Já está caminhando do ponto de vista da elaboração, traz a regulamentação do mercado de carbono, a taxonomia, os títulos soberanos sustentáveis e outras medidas” (Surpresas [...], 2023).

O Ministro da Economia, Fernando Haddad, em entrevista ao programa Canal Livre da Rede Bandeirantes, afirmou estar defendendo muito “(...) o Plano de Transformação Ecológica porque vejo nele uma alavanca de desenvolvimento real para o Brasil” (Haddad [...], 2023).

Isso significa que a reconstrução da teia social de apoio ao combate à fome e a agricultura familiar no país está conectada a uma “estratégia

---

<sup>13</sup> Segundo Castells (1998), o Estado-rede “se caracteriza pelo compartilhamento da autoridade (a capacidade institucional de impor uma decisão) no âmbito de uma rede de instituições. Uma rede, por definição, não possui centro, senão nós, de diferentes dimensões e com relações internodais que são frequentemente assimétricas. Mas, em termos finais, todos os nós são necessários para a existência da rede. [...] Este tipo de Estado parece ser o mais adequado para processar a complexidade crescente de relações entre o global, o nacional e o local, a economia, a sociedade e a política, na era da informação”.

de futuro” do governo federal que possui uma agenda de transformação ecológica combinada à neointustrialização com tecnologia embarcada. Estamos falando de um novo ciclo de desenvolvimento econômico, tal qual aquele experimentado entre 1930 e 1980.

Esta agenda terá como dimensão prática o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que deverá investir R\$ 1,7 trilhão no país. O objetivo, em consonância com o Plano de Transformação Ecológica, será a transição ecológica, a reindustrialização e o desenvolvimento com inclusão social e sustentabilidade ambiental com apoio internacional.

Segundo o Presidente Lula, o Brasil possui uma das matrizes energéticas mais limpas e renováveis do mundo: “Vamos aproveitar essa oportunidade histórica para tornar o Brasil a grande potência sustentável do planeta. E o novo PAC ajudará nisso” (Brasil, 2023). Já o ministro Fernando Haddad complementou o presidente afirmando que “O Brasil, pelas suas particularidades geopolíticas e geo-ambientais, tem o dever de unir desenvolvimento e sustentabilidade. Essa unidade talvez seja o grande segredo do ciclo de desenvolvimento que se abre a partir de agora” (Brasil, 2023).

Para Haddad, o Plano de Transformação Ecológica transborda a questão da transição energética ou da substituição dos combustíveis fósseis pela energia renovável. É “uma nova maneira de pensar, governar, empreender, viver e agir ecologicamente para que o desenvolvimento econômico e social caminhe de mãos dadas com a preservação ambiental” (Brasil, 2023). O ministro conclui afirmando que:

Em conjunto com o Novo PAC, o Plano de Transformação Ecológica busca acelerar o crescimento de nosso país e combater a degradação de nosso planeta distribuindo renda, produzindo conhecimento e gerando emprego de qualidade. Nossa proposta posiciona o Brasil em posição de destaque no mundo. Trata-se de um novo modelo de país para um novo mundo (Brasil, 2023).

A política externa brasileira ressurge como instrumento essencial para auxiliar no combate à fome no Brasil e no mundo. Dessa vez,

promovendo a “estratégia de futuro” do novo governo Lula que articula a agenda da sustentabilidade ambiental, a neointustrialização e a inclusão social, onde a agricultura familiar passou a ter papel central, inclusive com financiamento recorde para o setor, como vimos.

Nesse sentido, na cúpula de líderes do G77, em setembro de 2023, na cidade de Havana, Cuba, o presidente Lula reuniu-se com Qu Dongyu, diretor-geral da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). O encontro teve participação da China como convidada. Durante a reunião, Lula defendeu uma atuação fina entre Brasil e a FAO “na luta contra a fome e a desigualdade no Brasil e no mundo, além dos esforços voltados à preservação ambiental” (No G77 [...], 2023).

O diretor-geral da FAO respondeu que estava “*honrado*” em se reunir com Lula. Qu Dongyu afirmou que “A FAO está unida ao Brasil na luta contra a fome e a pobreza. Continuaremos trabalhando juntos, alavancando a ciência e a inovação, para alcançar sistemas agroalimentares sustentáveis e proteger o nosso planeta” (No G77 [...], 2023).

Ao receber a presidência temporária do G20<sup>14</sup>, em Nova Delhi, na Índia, em 10 de setembro de 2023, a qual exercerá entre 1º de dezembro de 2023 e 30 de novembro de 2024, o presidente Lula estabeleceu como prioridades do grupo o enfrentamento as mudanças climáticas, a reforma da governança internacional, o combate à fome, à pobreza e à desigualdade socioeconômica.

Segundo Lula, a partir do Plano Brasil Sem Fome<sup>15</sup>, que reuniu iniciativas para reduzir a pobreza e a insegurança alimentar no país, ele buscará como presidente do G20 lançar:

[...] uma Aliança Global contra a Fome. Esperamos contar com o apoio e o engajamento de todos vocês para construirmos um mundo cada vez menos desigual e mais fraterno, e nos reconhecemos, de fato, como uma grande família, que não deixa ninguém para trás

<sup>14</sup> O G20 reúne representantes de 19 países e da União Europeia, nações que representam cerca de 80% da economia global.

<sup>15</sup> O Plano Brasil Sem Fome articula 80 ações e programas dos 24 ministérios que compõem a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). São 100 metas propostas, a partir de três eixos de atuação: 1º) Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania; 2º) Segurança alimentar e nutricional: alimentação saudável, da produção ao consumo; e 3º) Mobilização para o combate à fome. As ações vinculadas a agricultura familiar, como vimos aqui, estão no eixo de atuação número 2.

(Chade, 2023).

Nessa direção, o lema da presidência do Brasil na frente do G20 será “construindo um mundo justo e um planeta sustentável”. Para tanto, Lula alertou que

Nós não podemos deixar que questões geopolíticas sequestrem a agenda de discussões das várias instâncias do G20. Não nos interessa um G20 dividido. Só com uma ação conjunta é que podemos fazer frente aos desafios dos nossos dias. Precisamos de paz e cooperação em vez de conflitos (Chade, 2023).

O objetivo do presidente Lula é evitar que a agenda social seja contaminada pelo debate geopolítico, especificamente da Guerra da Ucrânia e/ou o início de uma nova Guerra Fria entre Estados Unidos e China. Nesse sentido, na reunião do BRICS, ocorrida em agosto de 2023, Lula disse que “Em poucos anos, retrocedemos em uma conjuntura de multipolaridade benigna para uma que retoma a mentalidade obsoleta da Guerra Fria e da competição geopolítica” (Retrocedemos [...], 2023). Salientou ainda que a 15ª cúpula dos BRICS deveria incluir novos membros ao bloco, como ocorreu, e ampliar o debate sobre agendas de cooperação, entre elas: aprimoramento da governança global; recuperação econômica; cooperação entre países em desenvolvimento; combate à fome; mudança do clima; e transição energética (Retrocedemos [...], 2023).

A ênfase no combate à fome também foi anunciada na participação do presidente Lula na Cúpula da Comunidade das Nações de Língua Portuguesa (CPLP) na ilha de São Tomé e Príncipe que ocorreu no dia 27 de agosto de 2023 (O retorno [...], 2023). O mesmo ocorreu na Reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN)<sup>16</sup> da CPLP (The Community [...], 2023).

<sup>16</sup> “The Strategy, strongly supported by FAO, has as its overall goal to contribute to the eradication of hunger and poverty taking into account a Human Right to Adequate Food approach by strengthening co-ordination among Member States and improving food and nutrition security policies and program governance. For this purpose, Member States have adopted as common principles of their individual and collective action **the construction and reinforcement of legal and institutional frameworks, public policy building and strengthening, and the reinforcement of the need for strong budgetary frameworks.** The regional action is based on three axes: **1 - Strengthen food security and nutrition governance** – Covers the creation and

Novamente, na abertura da 78ª Assembleia-Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), em 19 de setembro de 2023, Lula criticou a desigualdade social e afirmou que vencê-la depende da vontade política daqueles que governam o mundo. Reiterou que a maioria dos desafios globais nascem da desigualdade. “A desigualdade está na raiz desses fenômenos ou atua para agravá-los” (Martins; Teixeira; Sobrinho, 2023). Lula lembrou que

A fome, tema central da minha fala neste Parlamento mundial 20 anos atrás, atinge hoje 735 milhões de seres humanos, que vão dormir esta noite sem saber se terão o que comer amanhã. O mundo está cada vez mais desigual. Os dez maiores bilionários possuem mais riqueza que os 40% mais pobres da humanidade [...]. Somente movidos pela força da indignação poderemos agir com vontade e determinação para vencer a desigualdade e transformar efetivamente o mundo ao nosso redor. [...]. O imperativo moral e político de erradicar a pobreza e acabar com a fome parece estar anestesiado. Nesses sete anos que nos restam, a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles deveria se tornar o objetivo-síntese da Agenda 2030 (Martins; Teixeira; Sobrinho, 2023).

Lula lembrou que parte da solução da questão da desigualdade social e da fome passa pelo desenvolvimento sustentável e pelo comprometimento do mundo rico a efetivar a promessa de investimentos a fundo perdido de US\$ 100 bilhões por ano à transição ecológica, a qual foi realizada durante a 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, em Paris que resultou no Acordo de Paris.

A depender do compromisso e da vontade política do terceiro governo Lula, o combate à fome e a desigualdade social no Brasil estará alicerçado a um novo processo de desenvolvimento econômico

---

improvement of the existing multi-actor dialogue structures in each country, as well as the development of governance structures at the Community level; **Axis 2 - Promote access to food and improve livelihoods of the most vulnerable groups** - Cooperate to provide immediate support to the most vulnerable groups in particular to women and children in a sustainable way in collaboration with United Nations specialized agencies; and **Axis 3 - Increasing the internal food availability based on small producers** – The goal is to stimulate small farmers and fishermen to promote sustainable production models and increase the importance of local diets” (The Community [...], 2023).

inclusivo, ambientalmente sustentável, caracterizado por um movimento de neointustrialização alicerçado em mudança radical de paradigma tecnológico. Lula parece ter retornado ao poder para atacar os gargalos estruturais do país, evitando que o combate à fome retroceda na nossa história.

Além disso, por meio de uma política externa assertiva 2.0 buscará transbordar as novas experiências que surgirão deste novo projeto de país para o mundo, visando amenizar a fome de 735 milhões de famintos do planeta. A agroexportação brasileira agradece ... Vale a aposta!

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). *Presidente anuncia Plano Safra 2023/2024 com financiamento de R\$ 364,22 bilhões*. 2023d. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/presidente-anuncia-plano-safra-2023-2024> Acesso em: 10 out. 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Haddad apresenta o Plano de Transformação Ecológica para acelerar crescimento econômico*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/haddad-apresenta-o-plano-de-transformacao-ecologica-para-acelerar-crescimento-economico>. Acesso em: 15 set. 2023.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E AGRICULTURA FAMILIAR (MDA). *Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais*. 2023a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11452.htm). Acesso em: 10 ago. 2023.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E AGRICULTURA FAMILIAR (MDA). Programa de Aquisição de Alimentos. 2023b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11476.htm#art32](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11476.htm#art32) Acesso em: 10 ago. 2023.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E AGRICULTURA FAMILIAR (MDA). *Cartilha Plano Safra da Agricultura Familiar 2023-2024: mais valor para quem alimenta o Brasil*. 2023c. Disponível em: [https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/CARTILHA\\_PLANOSAFRA.pdf](https://www.gov.br/mda/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/CARTILHA_PLANOSAFRA.pdf). Acesso em: 10 ago. 2023.
- CASTELLS, Manuel. Hacia el estado red? Globalizacion economica e instituciones politicas en laera de la información. Ponencia presentada en el Seminario sobre “Sociedad y reforma de estado”, organizado por el Ministerio de Administracao Federal e Reforma Do Estado, Republica Federativa do Brasil. San Pablo, 26-28 marzo, 1998.

CHADE, Jamil. “Geopolítica não pode abalar combate à fome e clima, diz Lula ao assumir G20”. *Uol*, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/09/10/no-comando-do-g20-lula-anuncia-que-prioridade-e-combate-a-fome-e-clima.htm> Acesso em: 10 set. 2023.

FAO. *The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Rome, FAO, 2014.

HADDAD defende transformação ecológica para alavancar economia. *Canal Livre*, São Paulo, TV Bandeirantes, 17 set. 2023. Programa de TV.

MARTINS, Leonardo; TEIXEIRA, Lucas Borges; SOBRINHO, Wanderley Preite. Na ONU, Lula diz que extrema direita surge dos escombros do neoliberalismo. *UOL*, 2023. Disponível: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/09/19/lula-discurso-assembleia-onu.htm>. Acesso em: 19 set. 2023.

NO G77, Lula defende maior integração com a FAO no combate à fome. *Poder 360º*, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/no-g77-lula-defende-maior-integracao-com-a-fao-no-combate-a-fome/>. Acesso em: 16 set. 2023.

O RETORNO do Brasil ao desenvolvimento internacional sob Lula 3.0. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2023. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/retorno-do-brasil-ao-desenvolvimento-internacional/>. Acesso em: 11 set. 2023.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. A política externa brasileira no governo Lula (2003-2010): um exercício de autonomia pela assertividade. In: *ENCONTRO DA ABCP*, 9., Estudos de Política Externa, Brasília, 2014.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20. *Revista brasileira de política internacional*, v. 48, p. 55-69, 2005.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Estratégias internacionais e diálogo Sul-Sul no governo Lula: alianças duradouras ou coalizões efêmeras? Índia, Brasil e África do Sul: perspectivas e alianças. São Paulo: Editora Unesp; IEEI, p. 313-334, 2006.

PINHEIRO, Letícia A. *Política Externa Brasileira – 1889 à 2002*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – PENSSAN. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

RETROCEDEMOS à “mentalidade obsoleta” da Guerra Fria, diz Lula nos Brics. *CNN Brasil*, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/retrocedemos-a-mentalidade-obsoleta-da-guerra-fria-diz-lula-nos-brics/>. Acesso em: 08 set. 2023.

ROZA, Gabriele. Para onde a regularização fundiária está apontando? *Heinrich-Böll-Stiftung Foundation*, Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2022/10/13/solucao-e-regularizacao-fundiaria>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ROZA, Gabriele. Políticas públicas de fortalecimento agricultura familiar sob ataque. *Heinrich-Böll-Stiftung Foundation*, Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2022/10/13/desestruturacao-das-politicas-publicas-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SURPRESAS recentes podem indicar que PIB potencial brasileiro é maior do que se pensava, diz Guilherme Mello à CNN. *CNN Brasil*, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/surpresas-recentes-podem-indicar-que-pib-potencial-brasileiro-e-maior-do-que-se-pensava-diz-guilherme-mello-a-cnn/>. Acesso em: 08 set. 2023.

THE COMMUNITY of Portuguese Speaking Countries Food Security and Nutrition Strategy: Knowledge sharing and multi-stakeholder governance for fighting hunger. *Social Protection*, 2023. Disponível em: <https://socialprotection.org/discover/blog/community-portuguese-speaking-countries-food-security-and-nutrition-strategy-knowledge>. Acesso em: 11 set. 2023.

